

DO JORNAL À SALA DE AULA: ENSINO DE ARGUMENTAÇÃO E GESTÃO DE PONTO DE VISTA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

FROM NEWSPAPER TO CLASSROOM: TEACHING ARGUMENTATION AND VIEWPOINT MANAGEMENT IN BASIC EDUCATION

Evandro de Melo Catelão¹
Amanda Bueno de Oliveira²
Mayara Ferreira de Oliveira³

Resumo: Pensando em uma perspectiva educacional e tecnológica, este estudo propõe discutir o emprego do gerenciamento enunciativo em textos jornalísticos como ferramenta no ensino de gêneros do discurso de base argumentativa no ensino básico. Teoricamente, ele se ampara em estudos da Linguística Textual (Adam, 2020; Cavalcante *et al.*, 2022) e enunciativos (Rabatel, 2017; Monte, 2023), bem como em propostas educacionais da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), de modo a repensar o uso de estratégias linguístico-discursivas e multissemióticas voltadas ao ensino da argumentação. O estudo, de caráter descritivo e interpretativo, problematiza o ensino de elementos enunciativos e argumentativos como proposta de reflexão sobre temas de interesse social, a partir de sua materialização em textos produzidos no Ensino Médio. A análise dos textos coletados para a pesquisa indicou usos argumentativos diferenciados após as aplicações didáticas e debates das manchetes jornalísticas sobre o “veto dos absorventes” em sala de aula. Essa problematização, como conclusão, ao ser aplicada em sala de aula, sinalizou como produto o uso diversificado e reflexivo nas práticas argumentativas e do gerenciamento do ponto de vista pelos alunos, particularmente no que se refere à compreensão das posturas enunciativas tanto na leitura quanto na análise dos textos produzidos.

Palavras-chave: argumentação; ponto de vista; responsabilidade enunciativa; ensino.

Abstract: Thinking from an educational and technological perspective, this study aims to discuss the use of enunciative management in journalistic texts as a tool for teaching genres of argumentative discourse in basic education. Theoretically, it draws on studies in Textual Linguistics (Adam, 2020; Cavalcante *et al.*, 2022) and enunciative theory (Rabatel, 2017; Monte, 2023), as well as educational

¹ Doutor em Letras, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6514720362657123>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3006-5051>. E-mail: evandrocatelao@utfpr.edu.br

² Mestranda em Estudos de Linguagem, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5417945583652714>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2668-9267>. E-mail: amanda.buo@gmail.com

³ Mestranda em Estudos de Linguagem, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0260438336175572>. ORCID: <http://orcid.org/0009-0008-2014-2934>. E-mail: mayara.oliveira17@escola.pr.gov.br

proposals from the National Common Curricular Base (Brasil, 2018), to rethink the use of linguistic-discursive and multisemiotic strategies aimed at teaching argumentation. This descriptive and interpretative study problematizes the teaching of enunciative and argumentative elements as a proposal for reflecting on social issues, based on their materialization in texts produced in high school. The analysis of the texts collected for the research indicated differentiated argumentative uses after didactic applications and debates on journalistic headlines regarding the "absorbent veto" in the classroom. As a conclusion, this problematization, when applied in the classroom, signaled a diversified and reflective use in argumentative practices and viewpoint management by students, particularly concerning the comprehension of enunciative stances in both reading and analysis of produced texts.

Keywords: argumentation; point of view; enunciative responsibility; teaching.

Introdução

A educação e, particularmente, o ensino de Língua Portuguesa no Brasil vêm sendo orientados pela Base Nacional Comum Curricular, a BNCC (Brasil, 2018). O documento estabelece diretrizes para garantir a formação integral dos estudantes e propõe um currículo que valoriza a competência leitora, escritora e oral dos alunos, enfatizando a importância do desenvolvimento das habilidades de compreensão, interpretação e produção de textos em diversos gêneros de discurso e modalidades de interação. Nesse sentido, percebemos um enfoque na preparação dos estudantes para os desafios do mundo contemporâneo, promovendo uma educação inclusiva que considera as diversidades culturais e linguísticas do país. Além disso, a BNCC destaca a necessidade de integrar as tecnologias da informação e comunicação no processo educativo, incentivando o uso de mídias digitais como ferramentas pedagógicas que potencializam a aprendizagem e a interação crítica com os conteúdos. Dessa forma, o campo do ensino se torna mais dinâmico, não apenas abarcando o domínio linguístico, mas também a capacidade de argumentação e análise crítica, especialmente na geração de sentidos pela observação das multissemiões, possibilitando aos estudantes formas de participação mais ativa na sociedade.

Essa contextualização nos leva a observar a necessidade de abordar situações de produção distintas nos processos educacionais. Para o ensino de língua materna, destacamos a análise de recursos multissemióticos presentes nos textos, o uso de recursos tecnológicos como a interação em ecossistemas digitais e os aspectos da argumentação que direcionam essas interações (Paveau, 2021). Pensando nesses

aspectos, este estudo propõe um exame de manchetes jornalísticas publicadas em ambientes digitais a respeito de um tema de interesse social, o chamado “Veto dos Absorventes” e sua aplicação em debates e produções textuais entre alunos do curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais, Modalidade Normal, em nível médio. O veto refere-se à interdição, pelo então presidente Jair Bolsonaro (JB), de cinco artigos do Projeto de Lei 4.968/2019, proposto pela então deputada Marília Arraes (PT-PE) e convertido na Lei 14.214/2021, que determinava a implementação do Programa de Fornecimento de Absorventes Higiênicos (PFAH) nas escolas.

Propomos, assim, a análise dos usos enunciativos realizados por um veículo de comunicação, apresentando um exame do gerenciamento do ponto de vista (doravante PDV) em uma manchete e em produções de alunos do ensino básico (debate e texto dissertativo-argumentativo)⁴. Nesse contexto, problematizamos, sob a perspectiva do ensino da argumentação e segundo a BNCC (Brasil, 2018, p. 136), o “tratamento dos gêneros que circulam na esfera pública, nos campos jornalístico-midiático e de atuação na vida pública”, pensando no campo dos gêneros jornalísticos e publicitários “com foco em estratégias linguístico-discursivas e semióticas voltadas para a argumentação e persuasão”. Essas observações expõem reflexos da compreensão das estratégias argumentativas e enunciativas pela forma de responsabilização enunciativa (RE), gerenciamento de PDV e uso de pressupostos, subentendidos e implícitos. Buscamos, assim, entender como os estudantes argumentam e trazer sua visão sobre o debate de temas sociais.

A pesquisa, de cunho qualitativo e documental, objetiva discutir o uso de textos jornalísticos como ferramenta no ensino de gêneros do discurso de base argumentativa no ensino básico. Em particular, analisaremos as estratégias e usos do gerenciamento da responsabilidade enunciativa e dos pontos de vista (PDV) em manchetes jornalísticas e textos dissertativo-argumentativos relacionados aos vetos à Lei 14.214/2021⁵,

⁴ Enfatizamos que os textos examinados na primeira situação compõem um *corpus* maior, que integra uma pesquisa anterior dos autores, financiada pelo CNPq, por meio de edital do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC).

⁵ BRASIL. Lei n.º 14214, de 6 de outubro de 2021. Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; e altera a Lei n.º 11.346, de 15 de setembro de 2006, para determinar que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) deverão conter como item essencial o absorvente higiênico feminino. Brasília: Palácio do Planalto, 2021. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 09 set. 2022.

sancionada após o ex-presidente vetar⁶ os artigos que previam as formas e recursos para distribuição gratuita de absorventes higiênicos a estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e a mulheres em situação de vulnerabilidade. Especificamente, o estudo busca: i) descrever as formas da responsabilização do dizer usadas nos dois grupos de textos (assunção/*prise en charge* ou imputação de PDV); ii) examinar o gerenciamento de vozes e de PDV nas produções dos estudantes, assim como o uso de pressupostos, subentendidos e implícitos; e iii) discutir implicações ao ensino da argumentação na escola, considerando a aplicação de um tema de cunho social e a análise de textos jornalísticos.

Para atingir esses objetivos, utilizamos como principais pressupostos discussões na área de Linguística Textual (Cavalcante *et al.*, 2022; Adam, 2011; 2020), destacando a noção de texto e pressupostos básicos de análise dos textos/gêneros de discurso. Discutimos também aspectos relativos à argumentação e às posturas enunciativas pela abordagem enunciativo/interacional de Alain Rabatel (2009; 2017), especialmente a noção de responsabilidade enunciativa e PDV. Em termos de ensino, nos amparamos particularmente em Marcuschi (2008), Roegiers (2010), Bacich e Moran (2018).

A justificativa do interesse pelos objetos de análise reside na possibilidade de contribuir ao ensino da argumentação, especificamente do gênero dissertativo-argumentativo no Ensino Médio. Além disso, acreditamos no caráter documental deste trabalho, que propõe análises sobre: a) manchetes que noticiam uma atitude de negligência de governantes em relação a temas de alcance nacional e de interesse público; b) produções textuais sobre a mesma temática, elaboradas por estudantes do nível médio; c) o enfoque da BNCC nas chamadas metodologias ativas, em que o conteúdo aplicado em sala seja significativo e motive os estudantes a participarem do processo de ensino-aprendizagem, além de subsidiar pontos de reflexão.

Acreditamos que essa abordagem é necessária para futuros professores, pois o ensino de língua envolve também o desenvolvimento de valores e habilidades nos estudantes. Dessa maneira, os alunos podem se tornar mais comprometidos e participativos em sua própria educação, sendo ativos no processo de ensino e

⁶ HAJE, L. Bolsonaro sanciona programa de promoção da saúde menstrual, mas veta distribuição gratuita de absorventes. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/814634-bolsonaro-sanciona-programa-de-promocao-da-saude-menstrual-mas-veta-distribuicao-gratuita-de-absorventes/>. Acesso em: 09 set. 2022.

aprendizagem. Para Moran (2018, p. 03), “toda aprendizagem é ativa em algum grau, porque exige do aprendiz e do docente formas diferentes de movimentação interna e externa, de motivação, seleção, interpretação, comparação, avaliação, aplicação”.

Ensino, argumentação e gerenciamento de ponto de vista

No ensino de forma geral, o tratamento dado à argumentação costuma obedecer critérios não necessariamente ligados a uma disciplina, uma vez que as práticas argumentativas se ligam às diferentes esferas de interação e aos espaços públicos. Ao concebermos que todo discurso é argumentativo (Amossy, 2018), compreendemos também que qualquer modalidade de interação realizada pela materialização do discurso em um dado texto também será argumentativa, seja como dimensão ou visada⁷. Assim, o ensino da argumentação, como define a BNCC (Brasil, 2018), seria fundamental para o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo dos estudantes. Esse documento propõe que a argumentação seja trabalhada de maneira transversal e integrada às diversas áreas do conhecimento, enfatizando a importância de desenvolver habilidades para a construção de argumentos coerentes e fundamentados, o que estenderia também esse direcionamento às outras disciplinas.

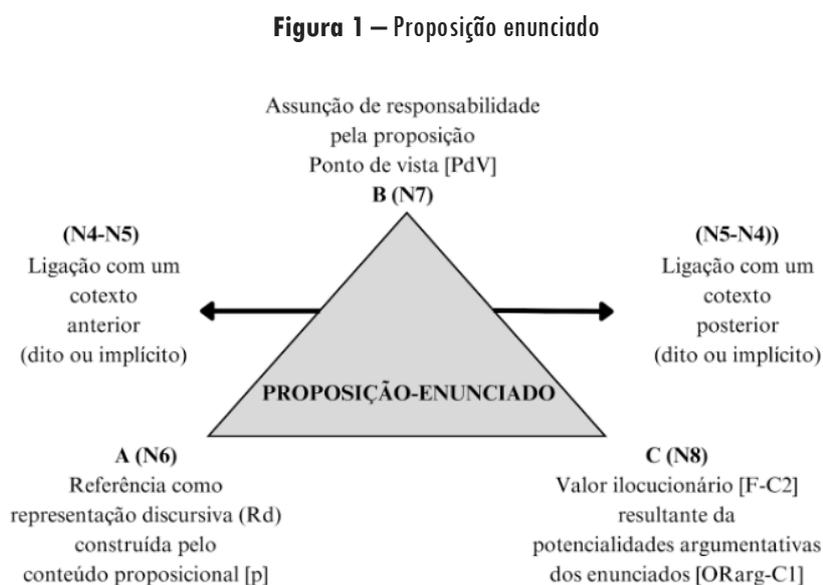
Isso pode se traduzir, por exemplo, nas práticas de leitura e na produção de textos e, particularmente, os de visada argumentativa (artigos de opinião, texto dissertativo-argumentativo, carta do leitor, entre outros), pelos quais os estudantes são incentivados a identificar e avaliar argumentos, formular opiniões embasadas e expressá-las de forma clara no sentido de convencer ou persuadir. Cremos que a abordagem da BNCC busca valorizar a capacidade dos estudantes em analisar diferentes PDV, considerar evidências e construir discursos que dialoguem com os contextos sociais e culturais em que estão inseridos, isto é, que os alunos façam gerenciamento das vozes e assim sejam enunciativamente responsáveis por seus discursos/textos. Dessa forma, o ensino de argumentação mostra-se com vistas a preparar os alunos para

⁷ De forma sucinta, segundo Amossy (2018), os discursos de visada argumentativa equivalem, de certa forma, àqueles cuja intenção é produzir um impacto, ou seja, têm a função de convencer ou persuadir um dado público. Já os discursos de dimensão argumentativa, por outro lado, não possuem intencionalmente esse direcionamento, mas produzem ou mostram uma forma de ver ou sentir, projetando-se de forma sutil ao designar um topo de orientação involuntária. Cavalcante *et al.* (2022) também estendem essas noções aos textos, defendendo que todos os textos são argumentativos, justamente porque a argumentação pode ser percebida também por esses aspectos, não apenas pela forma composicional.

participar de maneira ativa e crítica na vida pública, capacitando-os a lidar com a diversidade de opiniões e a contribuir para o debate democrático (Roegiers, 2010).

No que se refere à produção de sentidos e à argumentação, Adam (2011; 2020, p. 45), em seus estudos do texto, aponta que “uma unidade linguística (frase ou proposição) só torna-se unidade de discurso (enunciado) se ligarmos esse enunciado a outros”. Assim, para que uma frase ou proposição possa ser compreendida como um enunciado, deve estar relacionada a um campo de outros discursos, um “espaço colateral”. Nesse sentido, para o autor, uma frase é “uma unidade de segmentação (tipo)gráfica pertinente, mas sua estrutura sintática não apresenta uma estabilidade suficiente” (Adam, 2020, p. 104). É por isso que o teórico propõe uma unidade textual mínima de sentido: a proposição-enunciado, definida como o produto da enunciação (Adam, 2020, p. 109).

Em termos analíticos, o autor conecta essa unidade aos níveis ou planos da análise do discurso, e os níveis ou planos da análise de texto se dão por meio dos gêneros discursivos. Não é nosso objetivo aqui trazer todas as correspondências, mas um plano de produção dos sentidos, assim nos deteremos à descrição das unidades de sentido e sua delimitação segundo uma análise argumentativa, como propomos fazer com o nosso *corpus* e na descrição de uma possibilidade analítica e didático-metodológica de ensino. Para situarmos a proposta, apresentamos o esquema da proposição-enunciado conforme Adam (2020, p. 103):



Fonte: tradução livre do esquema do autor.

Como pode ser observado na Figura 1, a proposição-enunciado está perpassada por três dimensões: em B o aspecto enunciativo, que diz respeito a *prise en charge* enunciativa ou **assunção de responsabilidade enunciativa pela proposição** e ao **PDV** expresso; em A a referência como **representação discursiva** (expressão de uma posição de mundo em relação a um objeto, ou seja, uma predicação) decorrente da verbalização de um conteúdo proposicional e; por fim, em C a força ou **valor ilocucionário** proveniente de uma orientação argumentativa, isto é, a(s) potencialidade(s) argumentativa(s) da proposição-enunciado. A observação de uso de todas essas unidades garantiriam efeitos de produção de sentido por uma perspectiva textual e discursiva. A argumentação perpassa todos esses elementos, uma vez que a intenção de agir sobre um interlocutor mobiliza tanto uma posição enunciativa quanto a escolha de formas dessa mobilização pelo conteúdo proposicional e pelas potencialidades argumentativas dos enunciados.

Seria nesses limites que propomos neste estudo a inserção de teorias do texto e da enunciação ou discurso para a apresentação de uma proposta analítica e metodológica para um trabalho de ensino da argumentação em sala de aula. Partimos dessas propostas interacionistas, pois elas coadunam com a visão de texto como um evento comunicativo, uma unidade de sentido em contexto que carrega consigo uma atitude responsiva ativa e tem certa intencionalidade, assim como definem Cavalcante *et al.* (2022). Para Cavalcante *et al.* (2019, p. 28), “o texto acontece cada vez que se enuncia, de maneira única e irrepetível, em um contexto sócio-histórico”, o que faz do texto um evento singular a cada enunciação, dependente das variáveis determinadas no/pelo discurso e no/pelo enunciador, capaz de evocar inclusive outros enunciadores. A argumentação é assim parte do texto, uma vez que todo enunciado – ou proposição-enunciado, para Adam (2020) – apresenta um PDV. Por Rabatel, segundo Cortez e Catelão (2022), o PDV é assim definido:

Eu defino [o PDV] brevemente como uma predicação, que faz compreender o PDV do enunciador sobre o objeto de discurso referido [assunto], pela escolha das palavras, sua ordenação, independentemente da presença explícita de um julgamento (Rabatel 2008a): em outras palavras, há PDV quando a referenciação revela os objetos do discurso [a visão que temos dos assuntos e das coisas, a maneira como valoramos também constituída pelas formações discursivas] indicando o ponto de vista do enunciador sobre estes mesmos objetos (Rabatel, 2018, p. 128 apud Cortez e Catelão, 2022, p. 120).

Como apontam os autores, a noção de PDV é importante, pois com frequência aparece na Linguística Textual brasileira, e na própria área de ensino, como sinônimo de termos como “posição”, “posicionamento”, “opinião”, sem preocupação com uma definição teórica própria. Cortez e Catelão (2022) esclarecem que Rabatel defende, com base na distinção entre dimensão argumentativa e visada argumentativa proposta por Amossy (2018, p. 273), uma argumentação que estaria mais relacionada à dimensão argumentativa do discurso, portanto, uma “orientação involuntária ou subrepticamente impressa no discurso, a fim de projetar certa luz sobre aquilo de que ele trata”. Conforme os autores, Rabatel (2017) diferencia, nesse sentido, argumentação direta de argumentação indireta: a primeira se daria linguisticamente “por meio de argumentos, conectores” (p. 4); a segunda, por sua vez, por meio de “inferências a partir da construção dos objetos de discurso” (Rabatel, 2017, apud Cortez e Catelão, 2022), daí a aproximação com a dimensão argumentativa de Amossy.

A noção de PDV, conforme aparece no trabalho de Rabatel (2017), apresenta complementaridade com nossa compreensão de unidade mínima de sentido e de texto, que tomamos de Adam (2011; 2020) e Cavalcante *et al.* (2022). Para a elaboração de um quadro de análise e de aplicação em sala de aula, levamos em conta que uma análise textual dos discursos busca compreender a emergência de uma orientação argumentativa, isto é, objetivos que são alcançados no decorrer de uma dada interação social, assim como modos de referenciar o discurso, sua representação discursiva e a forma como assumimos o PDV. Ainda para fins analíticos, assumimos para definir as formas de gerenciar os PDV o que discute Rabatel (2009) sobre as instâncias de locução. Para o autor, em toda situação de interação, existe um locutor-enunciador primeiro (L1/E1), que pode assumir um PDV sobre o enunciado ou imputá-lo (mostrando concordância ou discordância com esse PDV) a um enunciador segundo de forma explícita e indicando sua voz por meio de marcas linguísticas (l2/e2) ou de forma indireta (e2), sem que lhe sejam apresentadas suas palavras de forma exata. Contudo, mesmo que impute o dizer a outro enunciador ou locutor-enunciador, L1/E1 ainda é o responsável por essas escolhas e pelo gerenciamento de vozes em um dado

texto/discurso. Nesse sentido, assumimos neste estudo uma noção de responsabilidade enunciativa assim como apresenta Rabatel (2017), ligada à ética do dizer⁸.

Dessa forma, cada referência construída com base na materialidade de sentido seria gerenciada por um L1/E1 que assume responsabilidade enunciativa por esse conteúdo proposicional, unidade geradora de um PDV. Toda proposição (Figura 1) carrega assim uma orientação argumentativa potencial ou força que sugere, exige ou afirma algo, devido ao seu valor ilocucionário. É possível ainda perceber que essa unidade mínima, a proposição-enunciado, estabelece ligação com ditos ou implícitos anteriores ou posteriores, os chamados cotextos, isto é, aquilo que no texto materializado encontra-se imediatamente antes ou depois da proposição-enunciado de que se trata. Todo discurso remonta a um discurso anterior, mas sendo o texto um evento enunciativo, são sempre novas as situações de interação, os cotextos, as determinações impostas pelos gêneros, a orientação argumentativa. Assim, um texto se apresenta sempre de maneira inevitavelmente interligada a outros textos, ainda que não explicitamente. Na imputação, diante dos “heteroPDV”, L1/E1 pode manifestar sua concordância, discordância ou levar um PDV em consideração sem necessariamente se posicionar a respeito deles (Monte, 2023).

Rabatel (2017) mobiliza ainda as noções de pressuposto (ou pressuposição), subentendido e implícito, que apresentaremos com o intuito de elaborar parte do quadro analítico para o *corpus* da pesquisa. Grosso modo, apresentamos as noções segundo o autor: i) o **pressuposto** refere-se a informações que são tomadas como dadas ou verdadeiras no momento da enunciação. Assim, ele pode ser reconhecido com base em marcações linguísticas, como em “o professor cancelou sua aula”, em que há o pressuposto de que “haveria uma aula”; ii) o **subentendido**, depende, em contrapartida, segundo Rabatel (2017), do contexto situacional das proposições e muitas vezes do conhecimento prévio. Seria uma informação que aparece implícita na elocução e é deduzida do contexto. Assim, em “o professor nunca falta, mas hoje estava doente”, subentende-se que ele “vem sempre” ou é “comprometido com a presença em aula”; iii) por fim, o **implícito** é considerado pelo autor um termo mais abrangente e que engloba tanto o pressuposto, como o subentendido, pois se baseia em inferências que podem ser feitas e no contexto. Como exemplo, poderíamos citar “o professor se preparou muito,

⁸ Um problema de responsabilidade enunciativa seria, por exemplo, o texto de desinformação, notícias falsas veiculadas com interesses particulares e que fogem completamente a um compromisso ético com a verdade ou mesmo com o outro, isto é, os efeitos negativos do que é dito.

teremos uma boa aula”, pois fica implícito nessa proposição que se o professor não prepara sua aula, ela implicitamente não será boa. Desses exemplos podemos perceber a condução de PDV com base em contratos que quase sempre dependem, além do contexto, do contexto situacional dos enunciados. Assim, para o autor, seria importante fazer uma análise global do texto, que também considera a diagramação do artigo, bem como a foto escolhida para ilustrá-lo, a fim de identificar seu significado e possíveis valores implícitos, o que poderíamos interligar com o que discutimos como PDV. Conforme Rabatel (2017, p. 261),

A discordância entre o que é afirmado, pressuposto e subentendido levanta questionamentos. Da mesma forma, questionam-se os modos de escrita dos artigos que reduzem o discurso primário ao mínimo. As práticas jornalísticas merecem ser avaliadas para além do respeito à deontologia, levando em conta preocupações éticas e políticas. [...] O implícito relacionado às pressuposições não faz parte apenas do princípio de economia do discurso, na medida em que se inserem muitos subentendidos, que seguem outras lógicas, compatíveis com a boa ou má fé⁹ (tradução livre dos autores).

Sem se prender a possíveis diferenças entre as formas que classifica como pressuposto, subentendido e implícito, Rabatel (2017) vai além das análises que consideram primordialmente o papel do jornalista enquanto responsável por comunicar a verdade, apontando também para a necessidade de uma atuação profissional ética e politicamente comprometida com o que informa, operando de maneira enunciativamente responsável. Para o autor, a imprensa é capaz de sugerir sentidos e PDV de forma implícita às informações que veicula, agindo assim como orientadora de ideias que podem ou não condizer com a verdade. Tal conduta, em particular no que diz respeito à ética e ao compromisso com a responsabilidade pelo que se diz, pode e deve ser estendida à sala de aula. Isso é especialmente relevante porque, muitas vezes, estamos imersos em ambientes como as redes sociais em nossa vida privada, onde esses compromissos nem sempre são observados. A escola deve, portanto, propor reflexões sobre o assunto.

⁹ La discordance entre ce qui est posé, présupposé, sous-entendu interroge. Tout comme interrogent les modes d'écriture des articles qui réduisent le discours primaire au minimum. Les pratiques journalistiques méritent d'être évaluées en allant au-delà du respect de la déontologie et en prenant en compte des préoccupations éthiques et politiques. [...] L'implicite lié aux présuppositions ne fait pas seulement partie du principe d'économie du discours, dans la mesure où se greffe sur elles bien des sous-entendus, qui relèvent d'autres logiques, compatibles avec la bonne ou la mauvaise foi.

Material e métodos

Neste estudo descritivo e interpretativo, de caráter documental, exploramos e investigamos a argumentação em uma aplicação didática em sala de aula, vista em uma perspectiva textual e discursiva. Mobilizamos a inclusão de noções e metodologias nem sempre exploradas, como as de responsabilidade enunciativa (exposta como ética) e PDV em gêneros discursivos do cotidiano, como manchetes jornalísticas e debates, adaptadas ao ensino básico. Utilizamos textos que relatam a justificativa do ex-presidente JB sobre o veto de cinco artigos do Projeto de Lei 4.968/2019 – transformado em lei sob o número 14.214/2021 –, incluindo uma manchete jornalística e um texto dissertativo-argumentativo (TDA) produzido por uma estudante do terceiro ano do curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e Anos Iniciais de um colégio estadual público no Paraná, Brasil. Salientamos que as produções textuais escolares analisadas foram elaboradas pelo público ao qual se destina a Lei 14.214/2021.

Como material de apoio para a produção do TDA, foram utilizados debates em sala remetendo ao contexto social (menção ao Projeto de Lei, às discussões sobre o assunto, ao universo social das assistidas pelo Projeto, às falas do então presidente, entre outros) do evento conhecido como “Veto dos Absorventes” e manchetes de notícias digitais que reportaram a justificativa do ex-presidente sobre as interdições. Para este estudo selecionamos um exemplar de cada grupo em razão do espaço de escrita.

Para disponibilização do material de apoio e produção dos textos, utilizamos a plataforma digital “Redação Paraná”, ambiente virtual de aprendizagem em uso nas escolas estaduais. Os alunos do Curso de Formação de Docentes utilizaram o laboratório de informática do colégio e foram orientados a ler os textos de apoio e acessar as hiperligações das notícias cujas manchetes foram apresentadas. Em seguida, os pesquisadores realizaram um debate sobre o assunto e discutiram questões argumentativas e enunciativas adaptadas ao contexto da turma. Foram prestados esclarecimentos acerca da temática da proposta, motivando reflexões, principalmente por se tratar de uma turma majoritariamente composta por meninas com idades entre 17 e 20 anos, diretamente afetadas pelo veto dos artigos da Lei 14.214/2021.

Parte das adaptações teóricas foi explorada com base nos pressupostos teóricos apresentados anteriormente. Utilizamos, por exemplo, a definição e a estrutura do texto, introduzindo aos alunos o conceito de texto, suas características e como diferentes gêneros de discurso se estruturam, conforme Cavalcante *et al.* (2022). Para a análise textual, os alunos foram instruídos a identificar e analisar os elementos constitutivos dos textos, como coesão, coerência e organização textual, conforme Adam (2011; 2020). Já em relação às posturas enunciativas, as análises discursivas incluíram a explicação da noção de responsabilidade enunciativa como um elemento deontológico e ético, mostrando como o autor se posiciona e assume responsabilidade pelo que é dito. Os estudantes foram incentivados a identificar o ponto de vista no texto e a analisar como ele é construído e como influencia a argumentação e a persuasão no texto, conforme Rabatel (2009; 2017).

Após isso, os participantes foram instruídos a produzir um texto a partir do enunciado: “Com base nos textos de apoio e no debate realizado em sala de aula, apresente um texto dissertativo-argumentativo que contemple os aspectos: a) apontar o tema central e os possíveis subtemas abordados; b) expor sua opinião (ponto de vista) com argumentos consistentes e com base nas discussões em sala de aula; c) respeitar as características estruturais do texto dissertativo-argumentativo”. Apresentamos na sequência deste artigo as análises segundo os pressupostos teóricos aplicados aos dois grupos de textos (manchete e TDA) e também usados na interpretação dos dados.

Proposta de análise e debate do texto jornalístico

Como apresentado entre os objetivos específicos anteriormente, seguiremos nas análises primeiramente com a descrição das formas da responsabilização do dizer usadas nos dois grupos de texto (análise do uso de assunção – *prise en charge* – ou imputação de PDV). A manchete será visualizada em um plano de gênero discursivo, delimitado em duas proposições-enunciado (Adam, 2020) como título e subtítulos, com base no cotexto de apresentação. O exemplar analisado aqui é a manchete do Brasil de Fato, na qual se sugere uma equiparação ou consequência entre ações (se X acontecer, automaticamente Y acontecerá):

Figura 2 – Manchete

INÍCIO > POLÍTICA
AMEAÇA

Bolsonaro: "Se o Congresso derrubar veto do absorvente, vou tirar dinheiro da saúde e educação"

Bolsonaro voltou a atacar projeto de lei que prevê distribuição gratuita de absorventes higiênicos

Redação | Rede Brasil Atual
| 11 de outubro de 2021 às 08:30

Fonte: disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/10/11/bolsonaro-se-o-congresso-derrubar-veto-do-absorvente-vou-tirar-dinheiro-da-saude-e-educacao>. Acesso em: 21/05/2024

Na manchete (Figura 2), L1/E1 se utiliza do discurso direto após dois pontos, o que marca o gerenciamento de PDV por imputação do dizer – “Bolsonaro sobre absorventes” – e a fala de l2/e2 (JB) indicada pelas aspas¹⁰. É possível perceber que a fala completa de l2/e2 exprime uma necessidade “vou precisar”, que ocorre antes de “tirar dinheiro da Saúde e Educação”. Quando considerado o discurso oral (íntegra) desse l2/e2, é possível constatar que o verbo precisar é proferido muito rapidamente (especificamente [p¹.s¹.’za], em transcrição fonética livre), sendo quase inaudível, o que poderia explicar a supressão, mas não a supressão do verbo ir, em “vou precisar”, explicitamente audível. L1/E1 constrói, dessa forma, uma espécie de equiparação entre o cumprimento da Lei 14.214/2021 e a retirada de recursos dos setores de Saúde e Educação, sugerindo que a derrubada do veto poderia levar automaticamente à perda de outros recursos pela população, o que cria uma falsa simetria que remete a um tom de ameaça.

Em função da marcação linguística do discurso direto, do uso de dois pontos e de aspas, compreendemos essa falsa equiparação como um pressuposto da proposição-enunciado e, por consequência, seu sentido como decorrente subentendido, o que deixa implícito o PDV do veículo: ao mesmo tempo em que imputa a JB o dizer entre aspas, compactua com a isenção da responsabilidade do então presidente sobre os vetos. Ainda nessa análise, demarcamos os seguintes pontos entre os que aparecem como pressuposto, subentendido e/ou implícito (Quadro 1).

¹⁰ Parte da entrevista de JB a jornalistas: “Não é a cegonha que vai levar o Modess pelo Brasil todo. Alguém tem que levar. Tem que ter uma logística para isso. O veto é em função [ininteligível] no passado a internet nas escolas. Daqui a pouco, vai 3 bilhões por ano. Dinheiro da onde? Agora, se o congresso derrubar o veto... do absorvente, eu vou precisar tirar dinheiro da saúde e da educação. Vai ter que tirar de algum lugar” (Bolsonaro, 2021 em entrevista a jornalistas).

Tabela 1 — Pressupostos, subentendidos e implícitos na manchete

| Pressuposto | Subentendido | Implícito |
|--|--|---|
| A existência de um veto presidencial | Prioridade do governo: A declaração sugere que o governo tenta gerar uma suposta hierarquia de prioridades entre a saúde, a educação e a distribuição de absorventes. | Crítica ao Congresso: Há uma crítica implícita ao Congresso, sugerindo que derrubar o veto seria uma ação negativa que forçaria cortes em áreas essenciais. |
| Existência de um Projeto de Lei | Consequências financeiras: Derrubar o veto significaria, implicitamente, um impacto financeiro que exigiria remanejamento de verbas. | Postura de confronto: O uso do termo "voltar a atacar" no subtítulo implica uma postura contínua e confrontacional de Bolsonaro em relação ao projeto de lei. |
| Disponibilidade de recursos na saúde e educação | Opinião sobre o Projeto de Lei: Bolsonaro vê o Projeto de Lei de distribuição gratuita de absorventes como menos importante ou desnecessário em comparação com outras áreas. | Prioridade de políticas públicas: a proposição-enunciado implica uma visão hierárquica das políticas públicas, em que a distribuição de absorventes não é vista como prioritária. |
| Poder do Congresso: O Congresso tem a capacidade de derrubar vetos presidenciais | O enunciado sugere que o Congresso tem um poder significativo como contrapeso ao poder presidencial. Reflete aspectos sobre a dinâmica política, a estrutura de poder e a funcionalidade do sistema legislativo. | Reação pública esperada: O implícito também pode sugerir que Bolsonaro espera que o público (apoiadores, por exemplo) perceba o impacto negativo de derrubar o veto, associando isso a cortes em áreas sensíveis. |

Fonte: os autores

De forma analítica, a maneira como L1/E1 gerencia seu enunciado carrega de sentidos o conteúdo da proposição, organizando o que é pressuposto, subentendido e implícito como fatos. O PDV, posição a partir da qual o locutor enuncia um discurso, é o de alguém que reconhece essas capacidades com base nas forças das vozes do então presidente (projetada em tom ameaçador – “Bolsonaro voltou a atacar”), do Congresso e o peso das áreas da Saúde e Educação. Além disso, a capacidade de derrubar vetos presidenciais sugere que os vetos presidenciais são uma realidade prática, mas contestável pela força presidencial. Para L1/E1 tudo isso parece ser uma fonte de conflito (ataque), sugerida pelo fato de se mencionar a capacidade de "derrubar" vetos presidenciais, desacordo entre o Congresso e o presidente, no qual o Congresso pode atuar contra as decisões do presidente. Pelo destaque da fala de JB se vê (destaca L1/E1) a capacidade de derrubar vetos como uma função legítima e importante do Congresso, reforçando a importância desse poder no processo legislativo.

Uma visão global desses elementos permite observar que mesmo em um fragmento de texto, isto é, apenas na manchete com título e subtítulo, a forma de gerenciar o PDV, mesmo que “tente” eximir-se da responsabilidade pelo dito pelo uso da voz de l2/e2, pela seleção de elementos do campo do léxico – como atacar –, ou mesmo pelos elementos pressupostos, subentendidos e implícitos apresenta-se como mobilizadora de outros PDV. Esse tipo de análise contribui, ao nosso ver, no processo de atribuição de sentidos e na utilização como modelo a ser apresentado em sala de aula.

Na sequência, tendo em vista a apresentação dessa leitura aos alunos do Ensino Médio, pediu-se um uso similar e/ou mais engajado na produção do TDA, conforme pode ser observado na análise a seguir.

Proposta de análise dos reflexos do debate na produção dos alunos

Dando sequência às análises, examinamos como reflexos da discussão realizada no debate dos usos argumentativos e enunciativos na manchete foram retomados pelos alunos em suas produções textuais. Para tanto, descreveremos os traços do gerenciamento de vozes e de PDV nos textos dos estudantes, assim como o uso de pressupostos, subentendidos e implícitos. O objetivo da análise é observar o uso das posturas enunciativas bem como formas de gerenciamento de PDV e as formas de tratamento da informação no sentido de polemizar ou responsabilizar o outro por um dizer, especialmente, após o debate desses usos em sala de aula¹¹.

Texto 1 – Produção de aluna sobre o tema

O direito à dignidade menstrual

Atualmente, está *de forma gradual deixando de ser tabu para a sociedade a questão menstrual*, que já é comentada, discutida e posta como pauta em relevantes fóruns sociais e políticos. Como tema quase sempre presente nessas discussões temos a questão da *pobreza menstrual, um problema duramente enfrentado por uma parcela considerável da população feminina*.

Em 2019, a deputada Marília Arraes apresentou o projeto 4968/19, que visava a criação de uma lei que garantisse o acesso à saúde menstrual para mulheres e meninas em situação de vulnerabilidade, lei essa que foi criada em 2021, mas que logo teve parte dela vetada, em 2022, pelo então presidente Jair Messias Bolsonaro. Como justificativa, o ex-presidente usou a questão dos fundos usados para custear esse projeto, que seriam vindos da Fupen, para a parcela penitenciária, e do SUS. Em seu discurso, ele disse em *concretas palavras* que estes insumos não se enquadravam como prioritários, e nem iam de acordo com a função do SUS, por visar a necessidade de uma parcela social específica, *além de apelar para o falso argumento de que seria necessário tirar dos fundos educacionais*.

Segundo a ONU, a dignidade menstrual é uma questão de saúde pública e direitos humanos indispensável. Sendo assim, o governo tem a responsabilidade e o dever de garantir o exercício desse direito pela população, sem discriminação alguma. O programa se mostra mais do que necessário, não só no Brasil, mas em outros países também. A negligência do poder executivo no país não simplesmente vetou uma lei, mas também o acesso à saúde e dignidade da população feminina, que se sente abandonada em meio a elite política que prega o machismo, de forma intencionalmente velada, e usa da ignorância popular como benéfico para camuflar negligências aos direitos humanos básicos e essenciais, somos manipulados a partir de ameaças a nossa educação, a qual já se encontra precária. Recebemos do governo apenas mais e mais tentativas de calar a população e obrigá-la a aceitar ser privada de seus direitos.

Fonte: os autores, grifos nossos

No texto, desde o título o tema da dignidade menstrual aparece como PDV assumido por L1/E1 que, diferentemente do observado na manchete, não traz falas

¹¹ Na reprodução da redação, eventuais erros de digitação e/ou ortografia foram preservados, a fim de garantir a integralidade da produção.

explícitas dos enunciadores segundos apresentados. No primeiro parágrafo, L1/E1 assume a responsabilidade sobre o dizer, abordando a importância do reconhecimento da menstruação como um assunto relevante e a necessidade de garantir a dignidade menstrual como um direito humano básico e essencial. A imputação de PDV passa a acontecer a partir do segundo parágrafo, primeiro em concordância em que L1/E1 imputa a um e2 (Marília Arraes e outros defensores da lei da garantia da saúde menstrual das mulheres). Em discordância aparece o veto do então presidente, marcado como um e3, cujas falas aparecem representadas segundo a perspectiva de L1/E1. Ela contextualiza o tema e o refuta indicando como um “falso argumento” apresentado por e3 (JB) para justificar a falta de ação em relação ao problema da pobreza menstrual. O uso da expressão “concretas palavras” e do verbo “apelar”, em “apelar para o falso argumento”, deixam implícito o PDV de indignação em relação aos argumentos apresentados como sendo de e3.

Para concluir seu texto, em paralelo com o título da produção, L1/E1 reitera a importância de reconhecer a dignidade menstrual como um direito humano indispensável e sustenta sua argumentação com base na imputação a um e4, a Organização das Nações Unidas (ONU). L1/E1 volta na sequência a uma assunção do dizer mobilizando seu PDV revelado por expressões linguísticas que marcam inclusão e empatia com todas as mulheres, sem discriminação. O machismo é considerado por L1/E1 não só causa, mas também estratégia de negação à saúde das mulheres, indicando ainda que ignorância popular funciona como um fator benéfico para o não reconhecimento de direitos básicos e essenciais. Na sequência apresentamos um quadro com os pressupostos, subentendidos e implícitos observados:

Tabela 2 – Pressupostos, subentendidos e implícitos no TDA

| Pressuposto | Subentendido | Implícito |
|--|---|---|
| Questão Menstrual como Tema Social: A questão menstrual está gradualmente deixando de ser tabu e está sendo discutida em fóruns sociais e políticos. | Necessidade de Políticas de Saúde Menstrual: A criação de leis que garantam o acesso à saúde menstrual é necessária para assegurar a dignidade das mulheres em situação de vulnerabilidade. | Dignidade Menstrual como Direito Básico: A dignidade menstrual é um direito humano fundamental que deve ser garantido pelo governo. |
| Existência da Pobreza Menstrual: A pobreza menstrual é um problema significativo enfrentado por uma parcela considerável da população feminina. | Crítica ao Governo Bolsonaro: O veto do ex-presidente Jair Bolsonaro à lei é visto como uma negligência e uma falta de prioridade para a saúde menstrual. | Impacto Negativo do Veto Presidencial: O veto do ex-presidente Bolsonaro não só impede a implementação da lei, mas também afeta negativamente a saúde e dignidade das mulheres. |
| Importância da Lei Proposta: O projeto de lei | Machismo na Política: O texto sugere que a elite | Responsabilidade do Poder Executivo: O poder |

| | | |
|---|--|--|
| 4968/19, proposto pela deputada Marília Arraes, visava garantir o acesso à saúde menstrual para mulheres e meninas em situação de vulnerabilidade. | política brasileira pratica o machismo de forma velada, impactando negativamente a implementação de políticas públicas para a saúde das mulheres. | executivo é responsável por assegurar a saúde e dignidade da população, e sua negligência é uma violação desses direitos. |
| Responsabilidade do Governo: O governo tem a responsabilidade de garantir a dignidade menstrual como uma questão de saúde pública e Direitos Humanos. | Manipulação da Ignorância Popular: A elite política utiliza a ignorância da população para camuflar suas negligências em relação aos Direitos Humanos. | Manipulação Governamental: O governo manipula a população através de ameaças e argumentos falaciosos para justificar suas ações, como o veto da lei. |

Fonte: os autores

Em resumo, fica pressuposto no gerenciamento de fala de L1/E1 que a pobreza menstrual é um tema ainda carente de discussão. Está subentendido, por sua vez, o posicionamento de L1/E1 de que e2 age com negligência por meio de informações falsas e de forma a manipular a população no sentido de aceitar justificativas. Por fim, fica implícita a divergência ideológica de L1/E1 com e3.

Pela análise do TDA, mesmo que não possamos assegurar que somente o debate e apresentação dos usos enunciativos e argumentativos foram responsáveis pela boa produção do texto, é possível observar, de forma geral, uma explicitação de posturas enunciativas, assim como um bom tratamento da discussão realizada no texto. Assim, a atividade e uso dos pressupostos teóricos, como a responsabilidade ética, as posturas enunciativas, a emergência do PDV pelo gerenciamento enunciativo ou pelas formas de predicação, demonstram ser ferramentas importantes à análise e explicitação em sala de aula. Mesmo que ressignificados ou simplificados para o contexto da educação básica, esses pressupostos possibilitam uma observação mais reflexiva sobre esses gerenciamentos. Além disso, os mesmos pressupostos são uma ferramenta analítica significativa, particularmente na Linguística Textual, que, especialmente no Brasil, tem se definido cada vez mais pela interdisciplinaridade no processo de geração de sentidos.

Considerações finais

Segundo a proposta descritiva e exploratória, o estudo dos grupos de texto pelos pressupostos teóricos permitiu identificar formas diferenciadas de gerenciamento do PDV e das posturas enunciativas. Intencionalmente aplicada a uma turma composta majoritariamente por mulheres – diretamente atingidas pelo “Veto dos Absorventes” –, a discussão do tema pelos gêneros discursivos debate e TDA permitiu um estudo da argumentação em duas direções: por autores (L1/E1) profissionais e por aprendizes.

Isso mostrou que as formas de gerenciamento de PDV podem ser ancoradas e discutidas no quadro dos gêneros de discurso, ressaltando a importância de trabalhar temas sociais próximos da realidade dos estudantes, conforme apresentado na BNCC (Brasil, 2018).

A análise e a discussão dos usos dos posicionamentos argumentativos por veículos de comunicação se mostrou importante, tanto no papel de orientador na construção dos sentidos quanto como influenciador de opiniões, com base no que é informado e na maneira como essa informação é apresentada e organiza as posturas enunciativas. Esse tipo de discussão é pertinente no contexto do ensino da argumentação na escola, especialmente considerando que esses sujeitos têm tido contato crescente com textos de desinformação e tendenciosos. Em termos gerais, a indignação da locutora/enunciadora primeira diante do não cumprimento de uma lei que a atinge parece ter orientado a construção de seus argumentos na direção do desacordo e do seu próprio desenvolvimento argumentativo na escola.

Por fim, ao operar conjuntamente pressupostos, subentendidos e implícitos, observamos a criação, pela aluna e pelo veículo de comunicação, de uma rede complexa de significados que reforçam a argumentação do texto. Por essa rede, os textos não apenas informam sobre o veto e suas consequências, mas também criticam implicitamente a postura governamental e sugerem a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e responsável nas políticas públicas. Dessa forma, o texto da aluna demonstra certa compreensão dos mecanismos linguísticos e discursivos que sustentam uma argumentação eficaz. Outras implicações pedagógicas poderiam ser observadas quanto ao ensino da argumentação como potencialização de possíveis manifestações ideológicas, marcação de valores e crenças sob as perspectivas de pressupostos, subentendidos e implícitos, as quais pretendemos investigar em estudos futuros.

Referências

ADAM, Jean Michel. **La linguistique textuelle**. Paris: Armand Colin, 2020.

ADAM, Jean-Michel. **A Linguística Textual: Introdução à Análise Textual dos Discursos**. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues *et al.* São Paulo: Cortez, 2011.

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2018.

BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias ativas para uma Educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; *et al.* **Linguística Textual: conceitos e aplicações**. Campinas: Pontes Editores, 2022.

CORTEZ, Suzana Leite; CATELÃO, Evandro de Melo. Argumentação emocionada em uma carta e em uma postagem do Instagram. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 12, n. esp., e2422, p. 116-134, out.2022. DOI: 10.22168/2237-6321-2422. Disponível em: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/2422>. Acesso em: maio.2024.

MONTE, Michèle. Entre auteur et locuteurs, l'énonciateur textuel : concept inutile ou figure-clé ?, **Argumentation et Analyse du Discours** [En ligne], v. 31, out.2023. DOI: <https://doi.org/10.4000/aad>. Disponível em: <http://journals.openedition.org/aad/7800>. Acesso em 05 jun.2024.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual: análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PAVEAU, Marie-Anne. **Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas**. Tradução de Julia Lourenço Costa e Roberto Leiser Baronas. 1 ed. Campinas: Pontes Editores, 2021.

RABATEL, Alain. **Pour une lecture linguistique et critique des médias: empathie, éthique, point(s) de vue**. Limoges: Lambert-Lucas, 2017.

RABATEL, Alain. Prise en charge et imputation, ou la prise en charge à responsabilité limitée... **Langue Française**, Paris, Larousse, n. 162, p. 71-87, 2009.

ROEGIERS, Xavier. **La pédagogie de l'intégration: des systèmes d'éducation et de formation au cœur de nos sociétés**. Bruxelles: De Boeck Supérieur, 2010.

Submetido em 06 de junho de 2024.

Aceito em 28 de junho de 2024.